



Análise do perfil dos inscritos e aprovados no Exame Nacional de Acesso 2020 da Rede ProfSocio

Darcilene Gomes

Fundação Joaquim Nabuco

<https://orcid.org/0000-0001-8645-0763>

darcilene.gomes@fundaj.gov.br

Viviane Toraci

Fundação Joaquim Nabuco

<https://orcid.org/0000-0002-7342-3931>

viviane.toraci@fundaj.gov.br

Resumo - O texto analisa o perfil dos candidatos inscritos e aprovados no Exame Nacional de Acesso 2020 do Mestrado Profissional em Sociologia em Rede Nacional (ProfSocio), um programa voltado à formação de professores da educação básica. Com 364 inscritos para 137 vagas, o estudo destaca a predominância de candidatos do Nordeste (75,7%), especialmente de Pernambuco e Ceará, e a interiorização da demanda (79,1% residiam no interior). A maioria era formada em Ciências Sociais, História ou Pedagogia, com graduação em instituições públicas. As mulheres representaram 52,5% dos inscritos e 52,2% dos aprovados, embora com variações entre instituições. A média de idade dos aprovados foi de 35,8 anos. O texto também discute desafios, como a baixa adequação formativa dos professores de Sociologia e a necessidade de atrair candidatos de outras áreas. Conclui com sugestões para melhorar a coleta de dados e expandir o programa, reforçando seu papel na consolidação da Sociologia no ensino médio.

Palavras-chave: Formação de professores, ensino de sociologia, ProEB, mestrado profissional.

Analysis of the Profile of Teacher who Applied for and passed the 2020 National Access Exam of The ProfSocio Network

Abstract – The text analyzes the profile of candidates who applied for and passed the 2020 National Entrance Exam for the Professional Master's Degree in Sociology in the National Network (ProfSocio), a program aimed at training basic education teachers. With 364 applicants for 137 openings, the study highlights the predominance of candidates from the Northeast (75.7%), especially Pernambuco and Ceará, and the inland location of demand (79.1% lived in the interior). Most had degrees in Social Sciences, History, or Pedagogy from public institutions. Women represented 52.5% of those who applied and 52.2% of those who passed, although the percentage varied between institutions. The average age of those who passed was 35.8 years. The text also discusses challenges, such as the low educational adequacy of Sociology teachers and the need to attract candidates from other fields. It concludes with suggestions for improving data collection and expanding the program, reinforcing its role in consolidating Sociology in secondary education.

Keywords: Teacher training. teaching of sociology. ProEB. Professional

Data da Submissão: 01/05/2025

Data de aceitação: 14/07/2025

DOI: <https://doi.org/10.51359/2317-0115.2025.266431>

Os direitos autorais desta obra pertencem aos autores, 2025.
Este artigo está licenciado sob forma de uma licença Creative Commons
[Atribuição-Não Comercial-Sem Derivações 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0)].
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>



1. Introdução

Desde a segunda metade dos anos 2000, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) vem implementando um conjunto de políticas públicas voltadas à qualificação de professores da educação básica, com destaque para o Programa de Mestrados Profissionais para Qualificação de Professores/as da Rede Pública de Educação Básica (ProEB). Criado em 2011, o ProEB tem como principal objetivo fomentar, em parceria com instituições públicas de ensino superior, a formação continuada de docentes das redes públicas por meio de cursos de pós-graduação *stricto sensu* (PADILHA, 2020). O programa foi inaugurado com o Mestrado Profissional em Matemática (ProfMat) e, progressivamente, expandiu-se para outras áreas do conhecimento. Atualmente, existem 12 mestrados profissionais dedicados à formação de professores da educação básica, incluindo o Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (ProfSocio), que representa uma importante iniciativa para o fortalecimento do ensino de sociologia nas escolas.

O ProfSocio foi autorizado pela Capes em 2016, com sua primeira turma iniciando as atividades em 2018, aproximadamente uma década após a disciplina de Sociologia ter se tornado obrigatória nos currículos do ensino médio. Antes disso, a oferta da disciplina ocorria de maneira irregular, tanto no tempo quanto no espaço geográfico, caracterizando o que a literatura especializada denominou de "intermitência" (BRASIL, 2006; MEUCCI, 2015; OLIVEIRA, 2016). Apesar dessa descontinuidade, houve uma constante mobilização política em defesa da sociologia na educação básica, liderada por importantes intelectuais brasileiros, como Florestan Fernandes. A falta de continuidade no ensino da disciplina acabou por dificultar o desenvolvimento de metodologias pedagógicas específicas, a produção de materiais didáticos adequados e, principalmente, a formação de professores especializados.

Com a obrigatoriedade da Sociologia no ensino médio, estabelecida pela Lei nº 11.684/2008, tornou-se urgente criar mecanismos para suprir a carência de docentes qualificados. Essa demanda levou à organização de novos cursos de licenciatura, à reformulação dos já existentes, à redefinição de linhas de pesquisa em programas de pós-graduação e, finalmente, à criação de cursos específicos voltados para o ensino de sociologia, como o ProfSocio.

O ProfSocio representa uma experiência pioneira no campo das Ciências Sociais no Brasil, ao articular uma rede nacional de instituições públicas de ensino superior com

o objetivo de formar professores para a educação básica. Diferentemente dos programas tradicionais de pós-graduação, que priorizam a formação acadêmica e a produção de conhecimento teórico, o ProfSocio busca estabelecer uma ponte entre a pesquisa sociológica e as práticas pedagógicas, contribuindo para a consolidação da sociologia como disciplina escolar. Essa abordagem inovadora permite que os mestrandos desenvolvam pesquisas aplicadas ao contexto educacional, produzindo conhecimentos que possam ser diretamente utilizados em sala de aula.

Como uma iniciativa relativamente recente, é fundamental que a implementação do ProfSocio seja acompanhada de perto e devidamente documentada. Informações detalhadas sobre o perfil dos candidatos, as motivações dos ingressantes, as trajetórias dos egressos e os impactos do programa na prática docente são essenciais para avaliar sua eficácia e orientar futuras ações. Tais dados podem auxiliar tanto a coordenação nacional do curso quanto a Capes no planejamento estratégico de suas políticas de formação docente. Além disso, esse registro histórico serve como importante ferramenta para preservar a memória da pós-graduação no Brasil, conforme destacado por Mogarro (2012).

Este artigo tem como objetivo principal documentar e analisar o perfil dos candidatos inscritos e aprovados no Exame Nacional de Acesso 2020 do ProfSocio, que corresponde à terceira seleção realizada pelo programa. Como apontado por Tanaka (1997), estudos sobre a demanda por cursos de pós-graduação ainda são escassos no Brasil, embora sejam fundamentais para a formulação de políticas coerentes de formação de recursos humanos. Nesse sentido, a análise apresentada aqui busca contribuir para preencher essa lacuna, oferecendo um panorama detalhado dos participantes do processo seletivo.

Para cumprir esse propósito, o artigo está organizado em duas seções principais, além desta introdução e das considerações finais. A primeira seção aborda o contexto histórico da sociologia na educação básica, discutindo a descontinuidade na oferta da disciplina e suas consequências para a formação docente, bem como a inadequação da qualificação dos professores que atuam na área e o surgimento do ProfSocio como resposta a esses desafios. A segunda seção apresenta os dados coletados sobre o perfil dos candidatos ao ProfSocio em 2020, analisando suas características sociodemográficas, formação acadêmica e motivações para ingressar no programa.

Essa abordagem permite não apenas compreender melhor o público-alvo do ProfSocio, mas também refletir sobre os caminhos para fortalecer o ensino de sociologia na educação básica e aprimorar as políticas públicas de formação docente no país.

2. Sociologia na educação básica: descontinuidades na oferta, lacunas e inadequação da/na formação de professores

Já é consolidado na literatura especializada sobre o ensino de sociologia o uso do termo “intermitente” para descrever as flutuações históricas na oferta da disciplina na educação básica (BRASIL, 2006; MEUCCI, 2015; OLIVEIRA, 2016). Essa descontinuidade, decorrente de fatores políticos, pedagógicos e estruturais, impactou significativamente o desenvolvimento da sociologia escolar. Entre as consequências mais graves estão o atraso na produção de materiais didáticos especializados, a carência de metodologias de ensino adaptadas ao contexto escolar e a fragilização da formação inicial

e continuada de professores na área. Tais obstáculos criaram um ciclo vicioso em que a falta de investimentos e de políticas públicas consistentes perpetuou a marginalização da disciplina no currículo.

No que se refere especificamente à formação docente, a Lei n.º 11.684/2008, que tornou obrigatórias as disciplinas de Filosofia e Sociologia no ensino médio, representou um marco ao mobilizar a comunidade acadêmica e impulsionar mudanças estruturais. Essa legislação incentivou a abertura de novas licenciaturas em Ciências Sociais, especialmente em universidades públicas, e reacendeu debates sobre o perfil ideal do professor de Sociologia para atuar na educação básica. Contudo, como aponta Trópia (2018), embora tenha havido crescimento no número de cursos de licenciatura após a lei, a expansão não foi suficiente para suprir a demanda nacional.

Um relatório do Instituto Nacional de Pesquisa Educacional Anísio Teixeira (Inep) com dados de 2013 estimou a necessidade de 16,8 mil professores de Sociologia para atender às turmas do ensino médio regular naquele ano. Paradoxalmente, o mesmo documento destacou um número expressivo de concluintes em licenciaturas de Ciências Sociais nos anos anteriores (INEP, 2015). No entanto, esses graduados não foram absorvidos pelas redes de ensino, indicando uma desconexão entre a formação universitária e a atuação profissional na educação básica.

De fato, Zarias, Fusco e Gomes (2017) utilizaram dados do Censo Demográfico de 2010 para demonstrar que, embora a docência seja o principal destino dos graduados em Ciências Sociais, a maioria dos cientistas sociais optou por outras carreiras, muitas vezes em funções que nem sequer exigem diploma de nível superior. Esse fenômeno pode ser atribuído a fatores como a desvalorização salarial dos professores, a precarização das condições de trabalho nas escolas e a falta de incentivos para a permanência na carreira docente.

O relatório do Inep de 2013 (INEP, 2015) revelou ainda um dado alarmante: apenas 11,8% dos professores que ministravam Sociologia possuíam formação adequada na área, seja como licenciados ou bacharéis com complementação pedagógica. Os demais estavam em situação de inadequação formativa, lecionando sem a qualificação necessária. Embora esse problema afete diversas disciplinas do ensino médio, a Sociologia se destacava como um dos casos mais críticos, refletindo a histórica negligência em relação à sua consolidação curricular.

Diante da obrigatoriedade imposta pela lei de 2008, o sistema educacional recorreu a uma solução improvisada: realocar professores de outras áreas das Humanidades (especialmente História) para assumir as aulas de Sociologia. Essa estratégia, embora tenha garantido a oferta mínima da disciplina, perpetuou um cenário de precariedade. Como evidenciam Fusco, Zarias e Gomes (2021), a situação pouco evoluiu ao longo dos anos. Na região Nordeste, por exemplo, apenas 12% dos professores de Sociologia tinham formação adequada em 2013, percentual que subiu para apenas 13,8% em 2019 – um avanço insignificante em seis anos.

Frente a esse cenário, tornou-se urgente enfrentar o problema da inadequação formativa dos docentes de Sociologia. Nesse contexto, um grupo de professores e pesquisadores de instituições públicas, com o posterior apoio da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), elaborou a proposta de um mestrado profissional de abrangência nacional, focado na formação continuada de professores da educação básica. O ProEB,

projeto precursor que já demonstrava resultados positivos, serviu como base para a estruturação desse curso em escala nacional.

O ProfSocio surge, assim, como um programa especializado, voltado a preparar profissionais para atuar no ensino de Sociologia com sólido embasamento teórico e metodológico. Trata-se de um modelo de mestrado profissional alinhado à perspectiva de Fischer (2005, p. 27), que valoriza "especializações e maior instrumentalidade para lidar com problemas concretos" do cotidiano escolar. Além disso, o ProfSocio foi concebido para contribuir com a Meta 16 do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, que previa a formação pós-graduada de 50% dos professores da educação básica até 2024, além de garantir formação continuada em suas respectivas áreas.

Em 2020 a Rede ProfSocio era composta por oito instituições de ensino superior, sob a coordenação nacional da Universidade Federal do Ceará (UFC). As demais associadas incluíam a Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj, Recife/PE), a Universidade Estadual do Vale do Acaraú (UVA, Sobral/CE), a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG, Sumé e Campina Grande/PB), a Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf, Juazeiro/BA), a Universidade Federal do Paraná (UFPR, Curitiba/PR), a Universidade Estadual de Londrina (UEL, Londrina/PR) e a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp, Marília/SP). Desde sua criação, o programa já realizou sete processos seletivos (2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023 e 2024), consolidando-se como uma iniciativa estratégica para a qualificação docente. No próximo tópico, serão detalhados o perfil dos candidatos inscritos e aprovados no Exame Nacional de Seleção de 2020.

3. Perfil dos inscritos e aprovados no Exame Nacional de Acesso ProfSocio 2020

Extremam-se aqui os elementos definidores do estudo.

3.1. Caminhos Metodológicos

O estudo desenvolvido para este artigo é classificado como exploratório/descritivo, com uma abordagem quantitativa. Para sua realização, foram adotados os seguintes procedimentos metodológicos:

- Levantamento bibliográfico e, principalmente, documental, com análise de registros, legislações, regulamentos, correspondências eletrônicas e comunicações informais;
- Análise detalhada das informações referentes aos candidatos inscritos e aprovados no Exame Nacional de Acesso ao ProfSocio 2020.

Para essa finalidade, a Coordenação Nacional do ProfSocio autorizou o uso de um banco de dados agregado, composto pelos formulários eletrônicos de inscrição, assegurando o anonimato dos participantes.

A caracterização do perfil dos candidatos foi feita por meio da transformação dos dados dos formulários em um banco de dados relacional, estruturado com o uso da linguagem *Structured Query Language* (SQL). Durante o processo de inscrição, os

candidatos preencheram um questionário hospedado na plataforma GoogleForms[®], contendo informações como sexo, local de residência, curso de graduação e titulação acadêmica.

O banco de dados final, com 30 colunas e 364 registros, foi estruturado com variáveis primárias (extraídas diretamente do formulário) e variáveis derivadas (criadas a partir das primeiras).

Para o tratamento estatístico das informações, utilizou-se o *software Database Browser for SQLite*.

A visualização dos dados foi realizada por meio de mapas, gráficos e tabelas construídos na plataforma *Datawrapper*©.

Todas as ferramentas empregadas ao longo da pesquisa são gratuitas (como o *Google Forms* e o *Datawrapper*) ou de código aberto (como o *DB SQLite*), garantindo acessibilidade e reprodutibilidade à metodologia aplicada.

3.2. O processo seletivo, os perfis de inscritos e de aprovados

A Rede ProfSocio tinha realizado até 2020, três processos seletivos distintos: o primeiro em 2017, para ingresso da turma em 2018.1; o segundo em 2018, com início das aulas em 2019.1; e o terceiro em 2020, para a turma que se iniciou em 2021.1. É importante destacar que não houve seleção em 2019 para uma nova turma em 2020, devido a uma pausa estratégica e necessária para o alinhamento da Rede com o planejamento orçamentário do ProEB. Esse programa financia apenas duas turmas simultaneamente, o que exigiu a conclusão das defesas da turma de 2018 antes da abertura da terceira turma, ação prejudicada pelas restrições impostas pela pandemia de Covid-19, que levaram à flexibilização dos prazos de defesa para garantir que os mestrados pudessem concluir seus trabalhos sem prejuízos acadêmicos.

Em seu Exame Nacional de Seleção realizado em 2020, a Rede ProfSocio precisou se adaptar às restrições sanitárias advindas com a pandemia de Covid-19 e a novas exigências trazidas pelo ProEB/Capes.

Nessa edição, um requisito fundamental foi estabelecido: os candidatos deveriam ser professores em exercício, efetivos ou temporários, da rede pública de educação básica, além de possuírem diploma de licenciatura reconhecido pelo Ministério da Educação (ou revalidado, no caso de diplomas estrangeiros). Essa mudança contrastava com os processos anteriores, nos quais o único critério era a posse de um diploma de licenciatura, permitindo a participação de recém-formados, professores da rede privada e até mesmo candidatos sem vínculo empregatício. A nova exigência refletiu o compromisso do ProEB em priorizar a formação continuada de docentes já atuantes no sistema público, fortalecendo assim o impacto da política pública na educação básica.

A impossibilidade de realizar atividades presenciais devido aos riscos de contágio pela Covid-19 demandou uma rápida adaptação por parte da Comissão Nacional de Seleção. O edital foi reformulado para um modelo totalmente remoto, estruturado em três etapas *online*, a saber:

- Envio da carta de intenções por meio de um formulário eletrônico;
- Defesa virtual da carta de intenções, onde os candidatos apresentavam suas motivações e projetos de pesquisa;

- Arguição virtual de conhecimentos específicos, com bancas avaliadoras compostas por docentes das instituições associadas.

A transição para o formato digital exigiu um esforço coletivo, especialmente do corpo docente, que foi mobilizado para atender à alta demanda de defesas e arguições individuais, todas gravadas para registro. Esse modelo contrastava com as seleções anteriores, realizadas presencialmente, nas quais a primeira fase consistia em uma prova escrita aplicada simultaneamente em todas as instituições associadas. Apenas os candidatos com nota mínima de 7,0 avançavam para a etapa de defesa da carta de intenções, que ocorria em bancas locais, exigindo deslocamento físico dos participantes.

Em comparação às edições de 2018 e 2019, realizadas presencialmente, a seleção de 2020 registrou maior diversificação geográfica dos inscritos, com candidatos de 21 estados (ante 15 em 2019). O formato remoto eliminou barreiras logísticas, mas também pode ter influenciado o perfil dos aprovados, como a menor média de idade (35,8 anos em 2020 vs. 38,2 em 2019). Essa diferença pode refletir, a título de exemplo, o maior acesso e familiaridade dos mais jovens com as tecnologias digitais.

Os resultados demonstram que a adoção do formato online possibilitou uma significativa ampliação do acesso, beneficiando especialmente docentes residentes em áreas interioranas. Ademais, os depoimentos espontâneos dos candidatos aprovados revelaram ampla satisfação com o novo modelo, ressaltando sua praticidade¹.

A definição do número de vagas em cada seleção é responsabilidade das instituições associadas, variando conforme a disponibilidade de orientadores credenciados para supervisionar os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC). Na seleção de 2020, foram ofertadas 137 vagas distribuídas entre as instituições, conforme detalhado na Tabela 1. Vale ressaltar que, embora tenha havido ajustes na distribuição entre as associadas, o número total de vagas não foi reduzido.

A Tabela 1 também revela dados significativos sobre o número de inscritos, aprovados e a relação candidato/vaga por instituição. Como era esperado, instituições com mais vagas tendiam a atrair um maior número de candidatos. A Fundaj, por exemplo, inicialmente com 30 vagas, registrou a maior demanda, com 85 inscritos. Além disso, em algumas instituições, como a Fundaj e a Univasf, o número de aprovados superou as vagas disponíveis, gerando listas de espera para realocação. Por outro lado, a UVA, a UEL e a UFC não preencheram todas as vagas devido à não obtenção da pontuação mínima por parte dos candidatos, o que permitiu a redistribuição de seis vagas: quatro para a Univasf e duas para a Fundaj. Mesmo após esse ajuste, a Fundação Joaquim Nabuco ainda mantinha três candidatos classificados em espera.

A análise da relação candidato/vaga mostrou que a Univasf apresentou a maior competitividade (5,5 candidatos por vaga), seguida pela UFC (3,1) e pela UVA (3,0). Já as menores relações foram observadas na Unesp (1,8) e na UEL (1,4), indicando variações regionais na demanda pelo programa.

Esses dados reforçam a importância do ProfSocio como uma iniciativa estratégica para a qualificação docente, ao mesmo tempo em que destacam os desafios logísticos e as adaptações necessárias para garantir sua efetividade, especialmente em um contexto de crise sanitária global.

¹ Apenas como registro, a prova escrita da primeira seleção do ProfSocio/Fundaj realizada em Recife foi realizada em uma instituição de ensino superior confessional, pois as dependências da Fundaj não comportavam o número de inscritos.

Tabela 1 – Relações verificadas no Exame Nacional de Acesso ProfSocio segundo instituição associada.

	Vagas	Candidatos	Aprovados	Relação cand/vaga
Fundaj (Recife/PE)	30	85	35	2.8
UVA (Sobral/CE)	15	45	11	3.0
Unesp (Marília/SP)	20	36	20	1.8
UEL (Londrina/PR)	10	14	9	1.4
UFCG (Campina Grande/PB)	15	30	15	2.0
UFCG (Sumé/PB)	12	28	12	2.3
UFC (Fortaleza/CE)	15	46	14	3.1
UFPR (Curitiba/PR)	10	25	10	2.5
Univasf (Petrolina/PE)	10	55	14	5.5

Fonte: Exame Nacional de Acesso ao ProfSocio 2020.

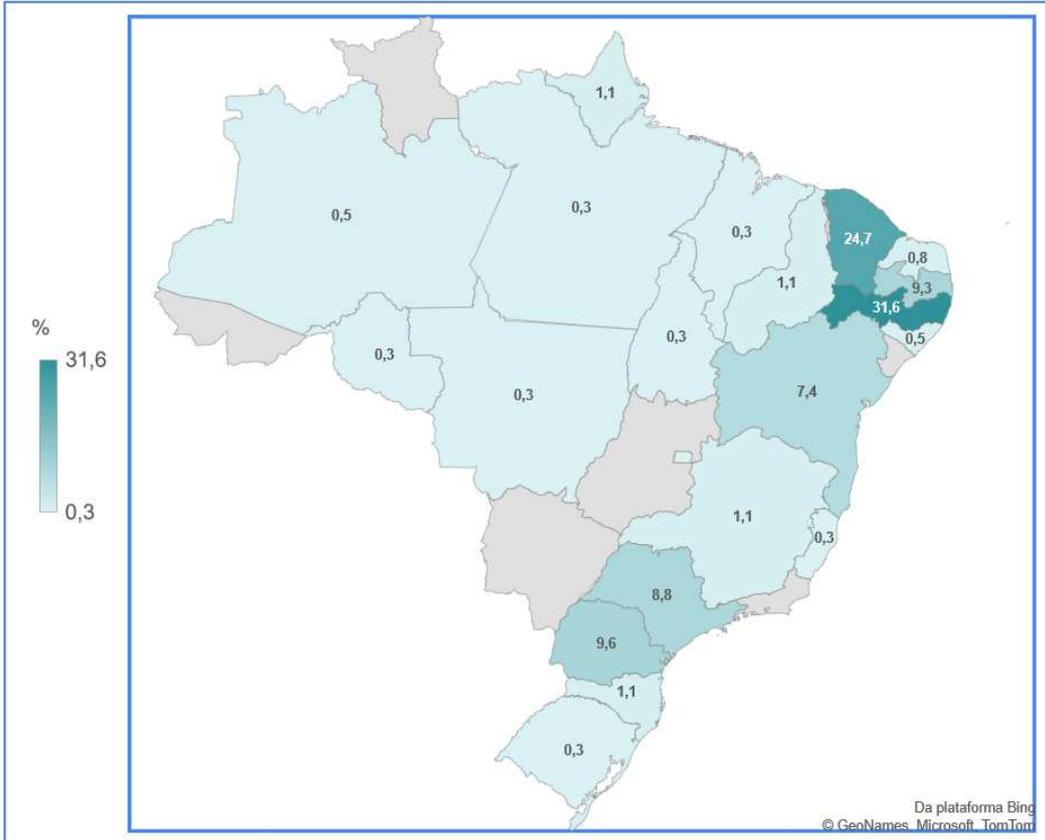
Obs.: A relação candidato/vaga considerou o número de vagas determinadas no Edital de seleção.

Pernambuco (31,6%) e Ceará (24,7%) foram os estados com o maior número de inscritos, reunindo mais da metade do total de candidatos no exame de seleção. Esses dois estados se destacam não apenas por serem pioneiros na criação e implementação do ProfSocio, mas também por possuírem um elevado percentual de escolas de ensino médio em tempo integral. Nessas instituições, é comum que os professores assumam disciplinas fora de sua área de formação para completar a carga horária – o que sugere que a busca por qualificação possa estar relacionada à necessidade de lecionar essas matérias.

Somando os demais estados da região Nordeste chega-se a 75,7% das inscrições. Os candidatos residentes no Sul representaram 11% dos inscritos, 10,2% residiam na região Sudeste. Apenas 2,5% viviam no Norte do país e 0,6% no Centro-Oeste. Não obstante, a última seleção reuniu candidatos de 21 estados brasileiros, sendo os únicos ausentes Acre, Roraima, Sergipe, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul e Goiás (figura 1).

Considerando o local de residência dos inscritos, 79,1% residiam em municípios do interior do país. Entre os aprovados o mesmo percentual é de 77,5%. Nota-se, assim, que o acesso ao curso se encontra fortemente interiorizado, o que indica uma oferta de formação de alto nível para os professores da educação básica de todo o país.

Figura 1 – Distribuição dos candidatos inscritos no Exame Nacional de Acesso ProfSocio segundo a UF de residência*.

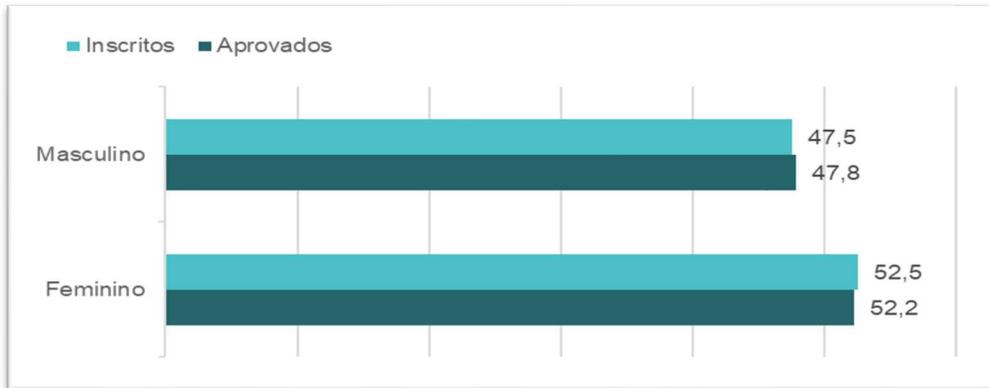


* Valores expressos no mapa em percentuais

Fonte: Exame Nacional de Acesso ao ProfSocio 2020.

As informações geográficas dos inscritos mostraram, também, a necessidade de expansão da Rede, especialmente para o Norte, região que não contava à época com instituições credenciadas. Como visto, havia interesse dos professores que residiam nos estados do Norte no curso, mesmo considerando o alto custo, pessoal, familiar e financeiro, que envolve o deslocamento para outras regiões.

Gráfico 1 – Inscritos e aprovados no Exame Nacional de Acesso ProfSocio segundo o sexo

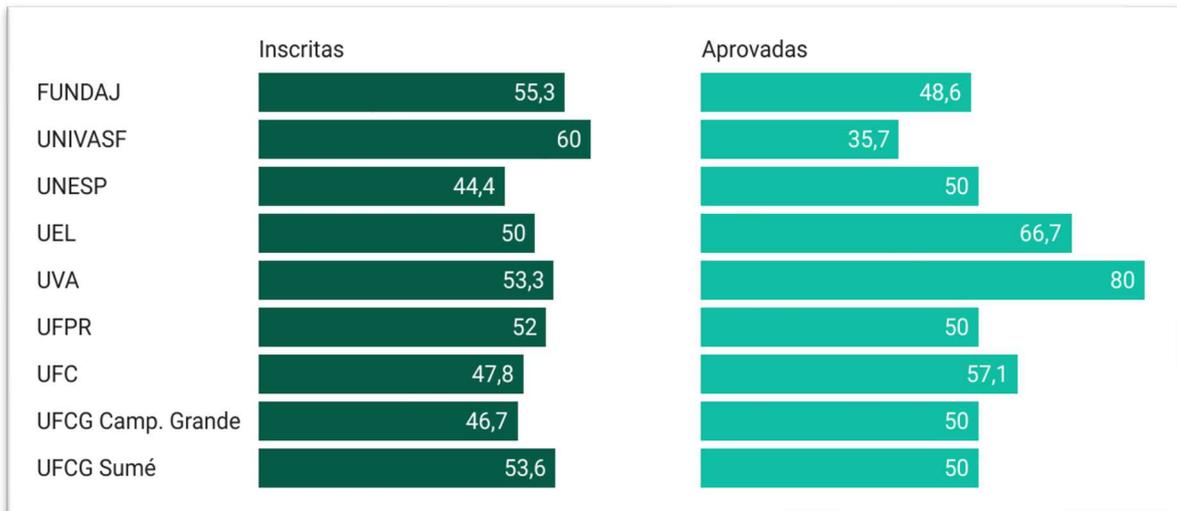


Fonte: Exame Nacional de Acesso ao ProfSocio 2020.

O gráfico 1 mostra que o perfil de sexo dos inscritos e aprovados era muito semelhante. As mulheres representavam a maioria dos inscritos (52,5%) e também dos aprovados (52,2%). Mas havia diferenças expressivas entre as instituições.

O gráfico 2 mostra o percentual de mulheres inscritas e aprovadas por instituição. Observa-se que enquanto o peso delas entre os inscritos variava relativamente pouco, entre as aprovadas essa variação se acentua. Na Univasf, por exemplo, de 60% das inscritas, apenas 35,7% dos aprovados eram do sexo feminino. A UVA é um exemplo oposto, pois as mulheres representaram 80% dos aprovados e seu peso entre os inscritos era de 53,3%. Em cinco das nove instituições associadas as mulheres ampliaram a participação entre os aprovados comparando ao peso que tinham entre os inscritos.

Gráfico 2 – Inscritas e aprovadas no Exame Nacional de Seleção do ProfSocio.



Fonte: Exame Nacional de Acesso ao ProfSocio 2020.

As variações no percentual de aprovação feminino entre as instituições (como a Univasf, com 35,7% de mulheres aprovadas, e a UVA, com 80%) aponta para influências contextuais, como diferenças regionais na composição de gênero da docência em Sociologia, critérios de seleção das bancas, natureza dos projetos etc. A menor aprovação de mulheres em algumas instituições pode refletir desafios adicionais enfrentados por professoras, como dupla jornada ou menor acesso a redes de apoio acadêmico. Essa disparidade merece investigação qualitativa futura, com entrevistas ou grupos focais, para elucidar fatores institucionais e socioculturais envolvidos.

Em relação à idade, os aprovados possuíam média de idade inferior aos inscritos (35,8 anos contra 38,5 anos). Entre as associadas a média de idade dos aprovados na Unesp e na UVA era a menor: 32,5 anos e 32,7 anos, respectivamente. A idade média dos aprovados na Fundaj era a mais elevada: 39,5 anos. Nota-se que a idade média dos aprovados no ProfSocio era cinco anos superior à dos ingressantes em cursos de mestrado stricto sensu (CGEE, 2020), mas não chega a ser muito diferente do perfil etário de outros mestrados profissionais (PADILHA, 2020; GIULIANI, 2010; FERREIRA et. all., 2016, entre outros).

Os resultados evidenciam que a maioria dos candidatos (74,7% dos inscritos e 75,4% dos aprovados) realizou sua graduação em instituições públicas de ensino superior. Chama atenção o fato de que apenas 1,6% dos inscritos declararam possuir uma segunda graduação – e nenhum desses casos foi aprovado no processo seletivo. A análise por área de formação revela uma concentração expressiva em três cursos: Ciências Sociais,

História e Pedagogia, que juntos representaram três quartos dos inscritos (75%) e mais de 80% dos aprovados (82,5%). Nota-se ainda uma assimetria relevante: enquanto os graduados em Ciências Sociais apresentaram maior representatividade entre os aprovados (53,6%) do que entre os inscritos (36%), os egressos de Pedagogia mostraram o padrão inverso, correspondendo a 17,3% dos inscritos, mas apenas 7,2% dos aprovados.

Gráfico 3 - Inscritos e aprovados no Exame Nacional de Seleção do ProfSocio segundo a primeira graduação cursada



Fonte: Exame Nacional de Acesso ProfSocio 2020.

Chama particular atenção o expressivo contingente de graduados em Ciências Sociais entre inscritos e aprovados no ProfSocio, especialmente quando contrastado com o reduzido percentual de docentes com formação específica na área atuando nas escolas brasileiras (FUSCO; ZARIAS; GOMES, 2021).

Pernambuco era o estado nordestino com o pior índice de adequação, apenas 5,9% dos professores que ministravam sociologia no ensino médio possuíam formação adequada em 2019. Essa realidade de Pernambuco pode ajudar a explicar o maior número de candidatos ao ProfSocio no estado. Embora a hipótese deva ser melhor investigada, um forte indício é que entre os inscritos no processo seletivo em Pernambuco apenas 11,3% tinham formação em Ciências Sociais. É possível que a reforma do ensino médio promovida pelo estado em 2008, que progressivamente implantou escolas em tempo integral em todos os municípios e instituiu regime especial de trabalho para os professores que nelas atuam, tenha como consequência a concentração de aulas de disciplinas “afins” em um único professor. Nesse sentido, muitos professores que passaram a ter jornada exclusiva em uma única escola, denominada escola de referência, tiveram que assumir outras disciplinas como complemento de sua carga horária.

Mesmo após vários anos da aprovação da Lei 11.684/2008, que inclui a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio, este cenário de inadequação da formação se mantém. Desse modo, professores com formação em outros campos do conhecimento assumem a disciplina e se sentem apreensivos, pois não

contam com o letramento científico necessário no campo das Ciências Sociais para a prática em sala de aula, justificam, assim, o interesse pelo ProfSocio.

Todavia, os dados da seleção de 2020 indicaram certa dificuldade de aprovação no Exame Nacional do ProfSocio por parte de graduados em outras áreas. É fato que o tipo de seleção favorece os graduados em Ciências Sociais, os quais apresentam um melhor desempenho principalmente na prova de conhecimentos específicos.

Nessa perspectiva, é fundamental que o ProfSocio consiga atrair e formar professores que atuam na disciplina de sociologia e que não são graduados na área. E mais, a coordenação nacional do curso necessita conceber estratégias para auxiliar esses professores no processo seletivo, seja, por exemplo, reformulando suas etapas ou por meio da oferta de cursos preparatórios.

No que diz respeito à pós-graduação, entre os candidatos inscritos e aprovados, a grande maioria já havia frequentado algum outro curso. Entre os inscritos esse percentual era de 79,9% e entre os aprovados era 71,7%. A predominância de candidatos com pós-graduação prévia (especialmente em Educação) indica que o ProfSocio atrai profissionais já engajados em formação continuada, possivelmente mais críticos quanto às lacunas no ensino de Sociologia. No entanto, essa bagagem heterogênea pode gerar desafios, como a necessidade de nivelamento teórico para não sociólogos, o que pode explicar a menor taxa de aprovação desses candidatos. Por outro lado, a experiência anterior em cursos de especialização pode conferir alguma maturidade acadêmica para lidar com as exigências do curso e familiaridade com debates pedagógicos relevantes para a prática docente, facilitando a adaptação ao mestrado profissional. Futuros estudos poderiam avaliar se essa trajetória prévia se correlaciona com melhor desempenho ou conclusão mais rápida do curso.

4. Conclusão

Neste artigo foram apresentados e analisados documentos e dados sobre o processo seletivo e o perfil dos candidatos inscritos e aprovados no Exame Nacional de Acesso 2020 ao Mestrado Profissional em Sociologia em Rede Nacional. Nosso objetivo foi o de contribuir para salvaguardar e preservar os documentos dos processos seletivos como forma de preservar a história do ProfSocio, pois reconhecemos a importância do curso para a consolidação da sociologia escolar.

O processo seletivo de 2020 assumiu características incomuns devido à pandemia da Covid-19. Não obstante, o exame transcorreu sem maiores dificuldades, pois contou com o apoio de todo o corpo docente credenciado nas instituições associadas. A seleção contou com 364 inscritos para uma oferta de 137 vagas, as quais foram totalmente preenchidas e redistribuídas entre as associadas.

As instituições sediadas em Pernambuco atraíram o maior número de candidatos (31,6%), e uma delas, a Univasf, apresentou a maior relação candidato/vaga (5,5 candidatos para cada vaga). Somando os inscritos residentes nos demais estados nordestinos, a região concentrou 75,5% das inscrições. A Rede, nesse sentido, ainda não havia alcançado abrangência nacional, pois estava presente em apenas seis unidades federativas. Entretanto, atraía candidatos de estados diferentes de suas associadas, a exemplo dos estados das regiões Norte e Centro-Oeste. Também, é relevante ressaltar o interesse dos professores provenientes de cidades do interior do Brasil, distantes das sedes

das instituições associadas e que reconhecem a importância em buscar uma formação continuada de alto nível, mas vivenciam uma realidade de baixa oferta de opções. Diante disso, a rede identificou a necessidade de ampliar sua atuação nas regiões Norte e Centro-Oeste, passando a contar com instituições associadas no Amapá, Pará, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. A expansão para o interior mineiro, especificamente para Uberlândia, também reflete a estratégia de fortalecer sua presença no centro do país, estendendo sua área de influência em direção a Goiás e ao Distrito Federal.

Entre os candidatos inscritos notou-se uma leve predominância do sexo feminino (52,5%), mas que varia segundo a instituição. A idade média era de 38,5 anos, mas também mudava conforme a instituição. Entre os aprovados o perfil de sexo era semelhante ao dos inscritos, mas a média de idade era inferior: 35,8 anos.

Em contraste com o perfil predominante entre os docentes da educação básica - onde há maior prevalência de formação em instituições privadas -, a maioria dos candidatos e aprovados no processo seletivo realizou sua formação inicial em universidades públicas. As três principais graduações entre inscritos e aprovados são: Ciências Sociais, História e Pedagogia. Entre os candidatos, 88,2% já concluíram outro curso de pós-graduação. Entre os aprovados, verificou-se uma maior participação dos graduados em Ciências Sociais/Sociologia (53,6%) e de instituições públicas (75,4%).

Por fim, ressaltamos duas sugestões. A primeira, é reforçar a importância de organizar um repositório dos arquivos escolares, pois sua salvaguarda preserva a memória e o patrimônio educativo (MOGARRO, 2012). De outro lado, a análise desses arquivos também fornece informações relevantes para planejar as ações e, eventualmente, a expansão do curso. Os dados apresentados são capazes de gerar novas questões a serem investigadas. Por exemplo, quais fatores levaram o estado de Pernambuco a alcançar o maior número de inscritos? A presença de duas instituições associadas, uma em Recife (Fundaj, com o maior número total de candidatos) e outra em Petrolina (Univasf, com a maior relação candidato/vaga) é algo relevante, mas não explica por si só a alta procura pelo ProfSocio nesta localidade. Quais outros fatores estimularam os professores deste estado e de outros a buscarem estas associadas? Lançamos hipóteses que podem servir como ponto de partida. Queremos com isso chamar a atenção que é possível fazer uso dos dados gerados em um processo seletivo com um olhar estratégico dentro do campo da gestão pública em educação.

A segunda é recomendar modificações na ficha de inscrição, que deveria incluir: informações étnico-raciais, de identidade de gênero; o tipo de pós-graduação cursada (ao invés do nome do curso); ano de conclusão da pós-graduação; informações sobre o vínculo de trabalho (tipo de rede, disciplinas ministradas, tipo de contrato etc.); sobre como tomou conhecimento sobre o curso e seu processo seletivo; indicação de segunda opção de instituição em que teria interesse em realizar o curso (para situações de remanejamento de vagas). Sugere-se, ainda, evitar campos com respostas abertas, nas quais o candidato é instado a escrever livremente, pois aqueles campos dificultam a codificação das informações.

Além das sugestões indicadas nos parágrafos anteriores, os dados aqui analisados abrem caminho para investigações futuras, vislumbram-se, pelo menos, quatro tópicos para aprofundamento: 1) o impacto do ProfSocio na carreira dos egressos: acompanhamento longitudinal de titulados para avaliar mudanças em práticas pedagógicas ou progressão funcional; 2) estratégias para atrair não sociólogos: análise de políticas afirmativas ou cursos preparatórios que reduzam assimetrias formativas; 3)

motivações regionais: estudos qualitativos com candidatos de Pernambuco para entender a alta demanda, incluindo fatores como políticas estaduais de ensino integral ou déficit de formação específica; 4) gênero e seleção: investigação para elucidar as disparidades observadas. Essas questões reforçam a necessidade de articular dados quantitativos com abordagens qualitativas, fortalecendo o planejamento do programa e sua contribuição para a consolidação da Sociologia na educação básica.

É relevante destacar que as alterações recentes na legislação do Ensino Médio (Lei nº 14.945/2024, que substitui a Lei 13.415/2017) reinseriram a Sociologia como componente curricular obrigatório. Importa observar que a versão anterior da legislação não especificava a forma de oferta da disciplina nos sistemas estaduais de ensino, delegando essa decisão às unidades federativas. Ao estabelecer apenas a obrigatoriedade genérica de "estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia", o modelo curricular anterior acabou por promover o fenômeno que Bodart e Feijó (2020) denominaram de "desdisciplinarização", fragilizando especialmente as disciplinas ainda em processo de consolidação curricular, como era o caso da Sociologia.

Embora as modificações legais recentes representem avanços para a disciplina, entendemos que o lugar da Sociologia no currículo escolar permanece como um campo em disputa. Neste contexto, a Rede ProfSocio mantém seu compromisso com a formação de profissionais qualificados, tanto para a docência regular da disciplina quanto para o desenvolvimento de projetos pedagógicos que articulem os conceitos e temas fundamentais do campo sociológico.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Orientações curriculares para o ensino médio**. Brasília, DF: MEC/SEB, 2006.

BRASIL. **Lei nº 11.684**, de 2 de junho de 2008. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2008.

BRASIL. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação –PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 12 de abril de 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.415**, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2017.

BRASIL. **Lei nº 14.945**, de 5 de fevereiro de 2024. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para reestruturar a organização curricular do ensino médio. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 fev. 2024. Seção 1, p. 1.

BODART; Cristiano; FEIJÓ, Fernanda. As ciências sociais no currículo do ensino médio brasileiro. *Revista Espaço do Currículo*, João Pessoa, vol. 13, n.º 2, p. 219-234, maio/agosto de 2020.

CGEE. *Brasil: mestres e doutores 2019*. Brasília, CGEE, 2020. Disponível em: <<https://www.cgee.org.br/documents/10195/734063/M%26D+2019/90d54a9f-5005-49da-b963-da6c11821a48?version=1.2>>. Acesso em 15/05/2021.

FERREIRA, Rejane et al. Perfil motivacional e demográfico dos alunos do mestrado acadêmico e profissional. *Revista Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental*, Porto, n.º esp 4, out., 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/rpesm/nspe4/nspe4a12.pdf>>. Acesso em 10/05/2021.

FISCHER, Tânia. Mestrado profissional como prática acadêmica. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, Brasília, v.2, n.4, p.24-29, jul. 2005. Disponível em: <<http://ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/74>>. Acesso em 16/05/2021.

FUSCO, Wilson; ZARIAS, Alexandre; GOMES, Darcilene. C. Professores de sociologia do ensino médio do Nordeste: cenários de adequação docente a partir dos Censos Escolares (2013 e 2019). *Revista Brasileira do Ensino Médio*, vol. 4. 2021.

GIULIANI, Antônio C. Perfil profissiográfico dos egressos do Programa de Mestrado Profissional em Administração de uma instituição de ensino do interior do estado de São Paulo. *Rev. Adm. UFSM*, Santa Maria, v. 3, n.1, jan./abr. 2010.

INEP. *Censo Escolar 2013 – Perfil da Docência no Ensino Médio regular*. Diretoria de Estatísticas educacionais/INEP, 2015.

MEUCCI, Simone. Sociologia na educação básica no Brasil: um balanço da experiência remota e recente. *Revista Ciências Sociais Unisinos*, Vol. 51, n.º 3, 2015.

MOGARRO, Maria J. Arquivos e educação: a construção da memória educativa. *Revista Brasileira de História da Educação*, vol. 5, n.º 2, pág. 75-99, 2012.

OLIVEIRA, Amurabi. O ensino de Sociologia na Educação Básica brasileira: uma análise da produção do GT Ensino de Sociologia na SBS. *Teoria e Cultura*, vol. 11, n.º 1, 2016.

PADILHA, Suiany. C. *Mestrados Profissionais em Rede Nacional: contribuição na formação continuada de professores da educação básica 2014-2018*. Tese. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas/UFMA, São Luís/MA, 2020.

PERNAMBUCO. **Lei Complementar nº 125**, de 10 de julho de 2008. Cria o Programa de Educação Integral, e dá outras providências. Disponível em: <https://legis.alepe.pe.gov.br>. Acesso em: 20 abr. 2021.

TANAKA, Ana Cristina D. Perfil da Demanda aos Cursos de Pós-Graduação, de 1996, na Área de Saúde Coletiva. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 2, n. 1-2, p. 108-116, 1997.

TRÓPIA, Patrícia. V. Documento técnico 1. Recife, Fundaj/Unesco, 2018.

ZARIAS, Alexandre; FUSCO, Wilson; GOMES, Darcilene C. Perfil sócio-ocupacional de docentes com formação em Ciências Sociais no Brasil. In: BOMENY, H. (org.) *Ensino de Sociologia na Graduação: perspectivas e desafios*. São Paulo, Editora AnnaBlume, 2017.